



ESPAÇO PÚBLICO PARA QUEM? O ESTUDO DE CASO DO MERCADO PÚBLICO CENTRAL DE PELOTAS

MARICATTO, Isabella K. (1); HILLAL, Stéphanie S. (2)

1. Ufpel. Prograu
isa.maricatto@gmail.com

2. Ufpel. Prograu
Stephani.1993@hotmail.com

RESUMO

A revitalização do Mercado Central de Pelotas trouxe um olhar diferente para o espaço público, o palco da vida cotidiana acaba sendo limitado a partir da privatização e parceria de instituições privadas, a cidade se encontra diante de uma questão: de quem é o Mercado Público? Há alguns anos atrás, a diversidade cultural e étnica era um aspecto revelado pelo cotidiano dos cidadãos ao transitarem no Mercado Público de Pelotas. O artigo visa apontar os impasses das requalificações urbanas que ocasionam uma dinâmica de gentrificação em áreas históricas. O artigo questiona a relação do papel das edificações históricas na preservação de uma cultura e da memória social de uma cidade. As parcerias público-privadas aparecem como ferramentas de tensionamento, que acolhem ou restringem a diversidade e as manifestações artísticas e culturais. Ainda assim, os movimentos de resistência afirmam que o Mercado Público é do povo e para o povo.

Palavras-chave: Memória Social; Patrimônio Histórico; Mercado Público; Revitalização

ABSTRACT

The revitalization of the Central Public Market of Pelotas brought a different look to the public space. The stage of everyday life ends up being limited by the privatization and partnership of private institutions, the city is faced with a question: whose is the Public Market? A few years ago, cultural and ethnic diversity was an aspect revealed by the daily lives of citizens when they walked through the Central Public Market of Pelotas. The article aims to point out the impasses of urban requalification that cause a dynamic of gentrification in historic areas. The article questions the relationship between the role of historical buildings in the preservation of a culture and the social memory of a city. Public-private partnerships appear as tensioning tools, which welcome or restrict diversity and artistic and cultural manifestations. Even so, resistance movements claim that the Public Market belongs to the people and for the people.

Keywords: Social Memory; Historical Heritage; Public market; Revitalization.

INTRODUÇÃO

O Mercado Público de Pelotas é um prédio histórico tradicional que teve sua obra concluída em 1849, e, desde então, já sofreu duas requalificações, entre 1911 e 1914, que modificaram de maneira significativa suas funções como local de consumo. A principal modificação foi a abertura de quatro pátios descobertos menores (GARCIA, 2018). Depois de ter passado por um incêndio em 1969, o mercado foi se transformando aos poucos de um espaço público de trocas comerciais e de diversidade para um local de permanência (BRUNO, 2010).

De acordo com Xavier (2016), o edifício foi tombado em 1985 e fez parte do rol dos prédios que seriam restaurados, a partir da requalificação da área central de Pelotas, que contou com recursos do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN (BRASIL, 2012).

Após a revitalização, que aconteceu em 2012, o Mercado passou por inúmeras transformações. Do ponto de vista social percebe-se uma modificação nas dinâmicas urbanas e dos usuários daquele espaço, evidenciando indícios de um processo de “gentrificação” da área central da cidade histórica. Atualmente, as várias bancas vazias refletem o esvaziamento desse patrimônio ocasionado pela mudança de uso.

Tais interesses, por vezes, ressignifica o espaço social e as memórias sociais, que permeiam nas heranças históricas e culturais da cidade de Pelotas, e acabam “caindo no esquecimento”. Iniciados em 2016, os eventos Samba do Mercado e Sexta Black, que aconteciam nos pátios internos dos mercados, foram impactados nas decisões e posturas adotadas pelos setores da administração pública municipal responsável pelo Mercado de Pelotas (GARCIA, 2018), apesar de, atualmente, o mercado ser gerido economicamente com recursos resultantes da arrecadação dos valores dos permissionários. Dessa maneira, audiências públicas e negociações prosseguiram.

Essa situação, segundo Garcia (2018), apresenta diferenças entre os eventos musicais tratados como atrativos turísticos daqueles considerados a partir de uma dinâmica cultural de manifestações sociais dos grupos residentes da cidade. Em

2017, foi determinada a “retirada total dos eventos do Mercado Público”, a partir disso, questiona-se a para quem está acontecendo a ressignificação da memória.

Ao observar a dinâmica do Mercado antes e depois das “requalificações”, o artigo visa criar instrumentos teóricos que apontem os impasses das requalificações urbanas que ocasionam a gentrificação de áreas históricas. Tais fenômenos urbanos podem ser compreendidos através dos processos de transformação do Mercado Público Central. Além disso, faz-se necessário estabelecer relações entre o papel das edificações históricas na preservação de uma cultura e da memória de uma cidade, apresentando os fenômenos urbanos do Mercado Central de Pelotas.

A dinâmica de tensionamento das forças que querem impedir as manifestações artísticas e culturais no interior do Mercado Público de Pelotas, produzem espaços internos cada vez mais restritos e desvitalizados. De acordo com Garcia (2018), da mesma maneira que o Mercado foi “reeditado” pelo projeto de requalificação, as dinâmicas sociais também estão sendo tratadas enquanto “operações de comércio”.

O artigo está dividido em tópicos, o primeiro, intitulado: *A importância do espaço da memória*, fundamentado principalmente pelos autores Hatuka(2017), Zukin(2017) e Bruno(2010), desenvolve o conceito de memória e patrimônio que é construído socialmente. O segundo tópico, *As ausências na construção da memória*, coloca em evidência os traumas gerados pela simplificação das marcas e história do lugar, que acontece quando a memória não gera apropriação. *Patrimônio histórico como espaço do cotidiano*, terceiro tópico, introduz o patrimônio na vida e história das pessoas que frequentam o espaço público e como a paisagem urbana se transforma por meio dos usos propostos. Por fim, a *Contextualização do Mercado Central de Pelotas* aparece para estabelecer relações entre o papel das edificações históricas na preservação da cultura e memória da cidade e questionamentos a respeito dos fenômenos urbanos que aconteceram ao longo dos anos e as manifestações populares de 2019 em prol do Samba do Mercado e da Sexta-feira Black.

O Mercado está em constante transformação, por esse motivo é tão necessário que a memória social permaneça sendo construída de maneira democrática. Para tanto, é necessário o reconhecimento de que o papel do patrimônio histórico deve ser atrelado a construção da memória social e do cotidiano dos seus usuários.

A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO DA MEMÓRIA

De acordo com Frehse (2017), a memória e o espaço possuem uma relação direta que é nutrida através do passado e também dos espaços múltiplos. Dentro destes podemos ressaltar os físicos, que podem ser caracterizados por não trazerem “em si” a memória. Ainda assim, para a compreensão das modificações que aconteceram no Mercado Público de Pelotas, podemos nos perguntar como a “realidade urbana de materialidade física periodicamente cambiante interfere na memória que a seu respeito é socialmente produzida?” (FREHSE, 2017, p.241)

Segundo a autora Tali Hatuka, “a memória é uma questão de como as mentes funcionam juntas em sociedade” (2017, p. 49). Desse modo, o significado da memória vai além dos espaços criados para a preservação histórica, preocupa-se sobretudo em manter vivas manifestações culturais e tradições de grupos sociais.

Dentre os processos de preservação do patrimônio voltados para a reutilização dos espaços com novos usos a partir do interesse do mercado imobiliário e do turismo, a memória pode ser considerada como um “negócio”, entretanto se utilizada como instrumento de mudança, possui um caráter dinâmico e temporal (Hatuka,2017).

As diversas formas de recordar o passado são construídas ou constituídas por motivações advindas de acontecimentos passados e “financiadas” por diversas vertentes. Mesmo assim, a traição e o esquecimento estão presentes ao nos recordarmos de algo do passado, pois o mesmo já está ausente (Hatuka,2017). Ainda assim, depende das motivações ou intenções do que se é construído a cada dia, visto que, os significados simbólicos e manifestações físicas se encontram no tempo presente.

Segundo Zukin, a partir da década de 70, o conceito de patrimônio cultural passou a ser mais amplo, de “uma apreciação existencial de artefatos materiais para um complexo processo multidimensional de produção de valor a partir tanto de edifícios tangíveis como de formas culturais intangíveis” (2017, p.25). A autora também aponta que, atualmente, o patrimônio é construído através de valorização cultural que é formada por “ciclos” de investimentos e destruição.

No âmbito da cidade, considera-se a memória cultural como um dos aspectos mais decisivos no momento da escolha de um lugar verdadeiramente notável (BRUNO,

2010), diante disso, observamos a importância da memória social para o reconhecimento dos patrimônios históricos. No caso dos Mercados Públicos, que possuem valor patrimonial que ultrapassam as suas características arquitetônicas ou quaisquer atividades econômicas e culturais que já tenham sido desenvolvidas ali, são notáveis principalmente pelos “saberes transversais dispostos entre corredores, bancas e balcões, nas relações entre o homem e os objetos” (BRUNO, 2010, p.115).

AS AUSÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

Nas relações entre o homem e os objetos, ou ainda, homem e ambiente construído, podemos considerar que a memória que gera a apropriação do espaço, e, pode ser modificada de acordo com o tipo, “se individual, a apropriação será privada; se social, pública; se compartilhada, semipública ou semiprivada” (Bruno, 2010). Quando essa memória não gera a apropriação, podemos reconhecer um conflito ocasionado por fenômenos urbanos, ou ainda, intervenções, que são reconhecidas como “tragédias ou traumas”, de acordo com Hatuka:

Se o trauma é percebido como ausência, a urbanidade torna-se um problema sociopolítico, uma busca interminável pelos habitantes por um retorno a um senso de unidade tanto do lugar como da comunidade. Essa situação trivializa ou até mesmo elimina as práticas cotidianas no local do trauma e, portanto, simplifica a história passada e em andamento do lugar. Essa eliminação suspende o presente (práticas cotidianas) e o futuro (intervenções ou planos para modificar o lugar), fundindo o momento (do trauma) com o significado do lugar. Essa suspensão é uma Ausência Urbana. (2017, p.56)

Considerando o espaço urbanizado passível de gentrificação, existem alguns critérios que estabelecem os discursos referentes às práticas e ideias reproduzidas pela sociedade. Desse modo, o do abandono e o da necessidade de fruição cultural são dois exemplos reproduzidos no cotidiano dos usuários da cidade.

A partir da verificação dos processos presentes nas sociabilidades urbanas, observa-se dinâmicas diversificadas, ocasionadas pela desocupação e reocupação constante das áreas que sofreram algum tipo de intervenção. Entretanto, o poder público em suas diferentes esferas, costumam justificar a transformação de uso de um espaço gentrificador, configurando-os como “abandonados e degradados”. Dessa maneira, de acordo com os discursos de “requalificação”, os lugares acabam atraindo um público de consumidores que logo passam a usá-las sem uma maior reflexão do uso (BRAGA, 2016).

A ideia de patrimônio cultural incorporada ao mercado imobiliário, faz com que a preservação do patrimônio cultural aconteça, na maioria das vezes, mediante os interesses particulares, regidas pelas parcerias público-privadas. Visto que, apesar do caráter histórico ou valor estético presente nas edificações, estas não conseguem dar o salto de “ruínas” para “patrimônio” sem um apoio financeiro (BINELLI, 2012 apud ZUKIN, 2017, p. 28).

A partir disso, as relações político-econômicas se esbarram nas políticas dedicadas à preservação do patrimônio cultural, e estas acabam servindo para outros fins, marcados através dos novos usos estabelecidos por meio das revitalizações urbanas. A “higienização” das áreas de patrimônio cultural, imposto sobre os espaços públicos, acaba por ocasionar conflitos sociais, visto que, a manutenção das pessoas que frequentam esses locais nem sempre é o principal objetivo (ZUKIN, 2017).

Desse modo, de acordo com Zukin:

Mesmo quando os agentes abastados dessa estruturação não desejam expulsar os moradores pobres do local, o enobrecimento é um processo que resulta num mercado imobiliário em torno do lugar de diversidade social e cultural criado por artistas, intelectuais e classe trabalhadora. Numa paisagem cada vez mais homogênea, a diversidade tem valor de mercado (2000, p.108 apud Cardoso, 2017).

Tal fenômeno urbano caracteriza o processo de gentrificação, elevando-se o custo de vida da população de modo a reincorporar a lógica de consumo nesses espaços “enobrecidos”. Desse modo, tem-se a transformação dos hábitos, bem como dos valores culturais e simbólicos de uma sociedade que está constantemente em construção (CARDOSO, 2017). A mercantilização da cidade abre brecha para a competitividade, e, pensando na lógica de preservação dos patrimônios culturais, os modelos ou formas construídas são padronizados e reproduzidos de acordo com a economia global do marketing urbano (ZUKIN, 2017).

O conceito de marketing urbano, pode se resumir às “práticas compreendem um conjunto de intervenções urbanas voltadas à transformação de sítios históricos degradados em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural” (LEITE, 2008, p. 36 apud Braga, 2016). Utilizando o patrimônio como estratégia para torná-lo mercadoria cultural, ou ainda, um lugar de consumo, onde só se é possível a apropriação por meio do capital.

Podemos observar algumas contradições ou impasses referentes às leis que protegem os edifícios históricos, por mais que atuem nos âmbitos supranacionais, nacionais ou mesmo locais, não existem nenhuma questão referente a manutenção dos usuários locais nesses locais. Desta maneira, mesmo que indiretamente, grupos sociais locais são abalados ao sofrer interferências em seus “ecossistemas culturais” (ZUKIN, 2017). Visto isso, percebe-se que o patrimônio cultural imaterial não é levado em consideração na maioria dos casos onde há o processo de patrimonialização dos edifícios históricos (ZUKIN, 2017).

Mesmo na dimensão urbana, as condições das leis de preservação acabam abrindo uma brecha para a gentrificação, quando um patrimônio cultural é institucionalizado, tal processo acarreta em uma transformação social e econômica que tem como consequência na desigualdade de acesso aos espaços para diferentes grupos sociais (ZUKIN, 2017). As novas imagens desses espaços passam a ser representadas pelo alto valor econômico, afetando diretamente o público e restringindo os grupos de usuários do local.

Segundo Zukin (2017), o patrimônio cultural das cidades passa a existir em função dos mercados artísticos, turísticos e principalmente imobiliário. Ainda assim, percebe-se a ausência de certos grupos dessa maneira unilateral de ver a cidade. A ressignificação seletiva da memória da cidade para alguns grupos consequentemente impede outros de viver e construir uma memória social no presente, esses conflitos de interesses impactam a maneira de viver a cidade, que de fato, é complexa e diversa.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMO ESPAÇO DO COTIDIANO

Os bairros e centros históricos não são percebidos, então, como espaços de viver, e sim de ver e “aprender sobre”, uma reserva da paisagem urbana que deve ser preservada esteticamente para que as gerações futuras possam conhecê-la como um museu “à moda antiga”, uma cidade-cenário (GARCÍA CANCLINI, 1997; JEUDY, 2005 apud BRAGA, 2016).

A questão seria como resolver as problemáticas que acontecem no centro histórico das cidades, visto a complexidade de todo o fenômeno urbano. Para tanto, segundo Braga, esses “sempre foram e tendem a ser ocupados heterogeneamente, com a

presença de diversos grupos e segmentos sociais que estabelecem intensa e complexa interação política, econômica e cultural. “

De acordo com Braga, as experiências de políticas de planejamento urbano que foram destinadas a reconfiguração dos espaços patrimoniais, são estabelecidas a partir de uma padronização da paisagem, bem como dos usos, possibilitando a seleção de quais grupos devem ou não frequentar tais lugares (2017). Entretanto,

A cidade é fruto do trabalho coletivo de uma sociedade. Nela está materializada a história do seu povo, suas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas. Sua existência ao longo do tempo é determinada pela necessidade humana de agregar-se, de inter relacionar-se, de organizar-se ao redor do bem-estar comum, de produzir e de intercambiar bens e serviços, de criar cultura e arte, de manifestar sentimentos e desejos que só se concretizam na diversidade que a vida urbana proporciona. Todos buscamos uma cidade mais justa e mais democrática, que possa de algum modo responder a realização de nossos sonhos (ESTATUTO DA CIDADE, 2002, p.9).

O patrimônio cultural deve considerar, portanto, as concepções antigas e contemporâneas de aspectos materiais e imateriais, para que esses espaços sejam “consumidos” de maneira consciente, resguardando os valores e se mantendo como palco da vida cotidiana e não apenas de uma “fruição intelectual passageira” (BRAGA, 2016). Essas ressignificações dos espaços urbanos históricos se manifestam pelas recentes políticas urbanas. De acordo com Araújo (2015), a viabilização dos projetos de revitalização, requalificação ou ainda reabilitação dos patrimônios históricos, passam a ser mediada pelo setor privado, que possibilita projetos de “modernização com o intuito de estimular o desenvolvimento econômico do local. Assim, os impasses das políticas urbanas possuem um impacto direto no cotidiano das pessoas, visto que, há uma pré-seleção das materialidades e imaterialidades que são valorizadas como merecedoras de reconhecimento e devem permanecer conservadas (BRAGA, 2016). Em contrapartida, outras que ficarão às margens desses processos, assim como seus usuários.

CONTEXTUALIZAÇÃO MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS

Segundo Gutierrez (2004), o projeto do Mercado Público foi elaborado em 1849, pelo arquiteto alemão Roberto Offer, mas para manter a elegância foi modificado

pelos vereadores na época. O Mercado acabou sendo composto de uma planta com quatro blocos de acesso em seus vértices. Ao fundo onde encontrava-se a torre de alvenaria, foi modificada pelo engenheiro da Câmara Municipal Romualdo de Abreu e Silva, conforme mostra Figura 01. Acabou sendo chamado de 'Galinheiro do Romualdo', devido a presença de animais no local, apesar disso, tornou-se um dos espaços mais atrativos da cidade permanecendo até hoje.

Figura 01: Mercado Público Municipal



Fonte: Almanaque Bicentenário de Pelotas, v.1.

O prédio do Mercado manteve o despojamento dos tempos de milícia e funcionalmente virou um local para comércio das quitandeiras, as bancas, os carros e abastecimento de água na época. A torre metálica foi importada de Hamburgo, na Alemanha, substituindo a antiga que era em alvenaria, em referência à torre Eiffel de Paris (GUTIERREZ, 2004).

Por volta de 1911, ocorreram reformas que duraram até 1914, sendo que a planta baixa foi conservada, porém foi acrescentada uma torre metálica com relógio e farol no centro. Diversas regras eram impostas no Mercado Central, como por exemplo a proibição do trânsito de veículos nos locais de feira do exterior (PARADEDADA, 2008).

Em 1913, funcionava a exibição de filmes no Mercado Central, chamando-se Cinema Municipal, sendo realizado pelo governo de Cypriano Barcellos. O termo

Central em sua fachada, figura 2, deve-se ao fato de que na mesma época havia outro mercado público em menores proporções no bairro Porto.



Figura 02: Mercado Central de Pelotas

Fonte: Acervo das autoras, 2019.

Por fim, através do convênio da Prefeitura Municipal e o Ministério da Cultura pelo Programa Monumenta, em 2012, o Mercado Central e prédios no entorno sofreram intervenções (GUTIERREZ, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o contexto histórico do Mercado Público por meio das ressignificações para a sociedade, compreende-se o impacto dos processos de revitalização na dinâmica das operações de mercado, especulação imobiliária e interesses privados. As requalificações e modificações decorrentes do reconhecimento do patrimônio histórico e cultural, favorecem os fenômenos de “gentrificação”. Esses fenômenos

ocorrem pelo tensionamento de forças políticas e econômicas, entre outras, e abrem espaço para a exclusão de certos grupos sociais.

As políticas de preservação dos patrimônios históricos devem ser repensadas com base nessas problematizações, para que espaços mais democráticos possam ser construídos considerando a memória das edificações e o cotidiano dos usuários do lugar.

Pela necessidade da manutenção da memória das manifestações que fomentam a diversidade, aulas abertas e manifestações artísticas que estão acontecendo no lado externo do mercado. Tais eventos organizados pelos movimentos sociais em prol da liberdade artística e cultural, resistem e sugerem uma outra construção social através do espaço do Mercado Público Central de Pelotas. Apesar dos tensionamentos inerentes às dinâmicas urbanas, a cidade ainda pulsa e os movimentos de resistência reforçam que “o Mercado Público é NOSSO”.

REFERÊNCIAS

BRUNO, Guilherme Rodrigues. **Mercado Central de Pelotas: a permanência no lugar do consumo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

CARDOSO, Renata Carrero. A produção do espaço e a criatividade econômica do capital, o caso do IV Distrito de Porto Alegre/RS. In: **Anais XVII ENANPUR**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessões_Temáticas/ST%203/ST%203.12/ST%203.12-02.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

GARCIA, Tanize Machado. **Mercado Público de Pelotas no país das maravilhas: uma etnografia sobre a pluralidade narrativa de um patrimônio em disputa**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e sangue: mão-de-obra; arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1999)**. Tese (Doutorado em História do Brasil). Pelotas: Editora da UFPEL, 2004.

BRAGA, Emanuel Oliveira. Gentrificação. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/917551/dicionario-iphan-do-patrimonio-cultural-o-que-e-gentrificacao>>

ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.

FREHSE, Fraya. Memória e Espaço. Tradução Carlos Szlak. In CYMBALISTA, R. et al. (Org.). **Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas**. São Paulo: Annablume, 2017.

HATUKA, Tali. A obsessão com a memória: O que isso faz conosco e com as nossas cidades?. Tradução Carlos Szlak. In CYMBALISTA, R. et al. (Org.). **Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas**. São Paulo: Annablume, 2017.

MARX, Vanessa; ARAÚJO, Gabrielle. **Democratização do Espaço Público, Ativismo Urbano e Ocupações na Cidade de Porto Alegre**. CEGOV- Capacidade Estatal e Democracia. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/164689/001044463.pdf?sequence=1>>.

PARADEDA, Maria Regina. **Arquitetura da paisagem e modernidade : um estudo sobre representações e memória das praças de Pelotas : 1860-1930**. 2008. 349 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

XAVIER, Ana Estela Vaz. **A Revitalização do Mercado Público de Pelotas e sua Ressignificação Social. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.

ZUKIN, Sharon. Patrimônio de quem? Cidade de quem? Dilemas sociais do Patrimônio Cultural na Dimensão Urbana. Tradução Carlos Szlak. In CYMBALISTA, R. et al. (Org.). **Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas**. São Paulo: Annablume, 2017.